ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA VARA DO TRABALHO DE SÃO JOÃO DEL REI – MG

JUÍZA TITULAR DA VARA DO TRABALHO:
BETZAIDA DA MATTA MACHADO BERSAN

JUSTIÇA DO TRABALHO
TRT da 3ª Região (MG)

Lei de Criação nº 3.492, de 18-12-1958
Data da instalação: 10-2-1960
Data de implantação do PJe: 25-6-2017

Jurisdição: São João Del Rei, Conceição da Barra de Minas, Coronel Xavier Chaves, Dores de Campos, Lagoa Dourada, Madre de Deus de Minas, Nazareno, Piedade do Rio Grande, Prados, Rezende Costa, Ritápolis, Santa Cruz de Minas, Santa Helena de Minas, São Tiago e Tiradentes.

Edital de Correição divulgado no DEJT em 6-11-2020, p. 9.

ATA DE CORREIÇÃO
Data da última Correição: 11-9-2019

Às 9 horas do dia vinte de novembro de 2020, a Excelentíssima Desembargadora Dra. **Ana Maria Amorim Rebouças**, Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região deu início à Correição Ordinária Telepresencial por meio da plataforma de videoconferência Cisco Webex, instituída pela Portaria n. 61, de 31 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça na Vara do Trabalho de São João Del Rei, situada na Avenida Hermillo Alves, 258, conforme ATO Nº 13, de 19 de Maio de 2020, do Tribunal Superior do Trabalho, Portaria Conjunta GCR/GVCR N. 7, de 5 de junho de 2020 e na forma do artigo 682, XI, da CLT, combinado com o artigo 29, II, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, presentes por meio do sistema eletrônico a MM. Juíza do Trabalho Titular da Vara, Dra. **Betzaida da Matta Machado Bersan**; o Secretário da Vara do Trabalho, Sr. Sérgio Eustáquio Neves; os servidores Antônio Alves Pereira Júnior, Antônio Garcia da Silva Júnior, Cinthya Moura Coelho Costa, Denise de Paula Resende, Marcelo Geraldo Resende, Mercês Miriam dos Santos Costa, Maria Conceição Pereira Resende, Maria Fernanda Barcellos Ratton e Raimundo Luís Assunção. Ausente a servidora Maira Suzana Gaio de Arvelos, em férias regulamentares.

Iniciada a correição no horário acima registrado, a Excelentíssima Desembargadora Corregedora examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 431 processos, distribuídos neste ano até o dia 6-11-2020, apurando-se a média de 2,2 processos por dia útil.

1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu 51 cartas precatórias, dentre elas 20 executórias, até o dia 6-11-2020, das quais 27 foram devolvidas, neste ano, para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto ao SICOND.

1.3. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 186 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 57 processos foram remetidos neste ano até o dia 6-11-2020.

1.4. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO – Há 5 autos de processos para minutar sentença e minutar decisão, todos no prazo legal.

1.5. CARGA PARA PERITOS – Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 19 processos com perícia designada, aguardando laudo.

1.6. MANDADOS EXPEDIDOS – Constam 625 mandados expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 35 pendentes de cumprimento, no prazo.

1.7. PROCESSOS SOBRESTADOS NA FASE DE CONHECIMENTO – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 8 processos sobrestados.

Segundo informações do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep), há 7 processos sobrestados, com incidentes de Repercussão Geral já julgados pelo STF, a saber:

- 0001213-18.2011.5.03.0076, 0077300-20.2008.5.03.0076, 0077200-65.2008.5.03.0076, 0001125-77.2011.5.03.0076 e 0005900-09.2009.5.03.0076: Tema 246: Responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço. (Mérito julgado 26/04/2017)

- 0001125-77.2011.5.03.0076 – Tema 739: Possibilidade de recusa de aplicação do art. 94, II, da Lei 9.472/1997 em razão da invocação da Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho, sem observância da regra de reserva de plenário. (Mérito julgado 11/10/2018).

- 0077100-13.2008.5.03.0076: Tema 383: Equiparação de direitos trabalhistas entre terceirizados e empregados de empresa pública tomadora de serviços. (Mérito julgado 22/09/2020).

- 0000600-95.2011.5.03.0076: deve ser corrigido o lançamento no processo, com lançamento Tema 285, equivocado.

Processos examinados na correição:

- 0010510/19: – Tema nº 1046 – Validade de norma coletiva de trabalho que limita ou restringe direito trabalhista não assegurado constitucionalmente..

0010501/19, 0010623/19, 0010576/19 e 0010725/19: – Tema 1022 – Dispensa imotivada de empregado de empresa pública e de sociedade de economia mista admitido por concurso público.

Recomenda-se que seja observada a correta correspondência dos andamentos dos processos àqueles do sistema E-Gestão, conforme Manual de Orientações do Sistema E-Gestão 1° Grau (http://negestao.tst.jus.br/index.php/E-Gest%C3%A3o_1%C2%BA_Grau).

Também deve ser consultada da cartilha de sobrestamento e "dessobrestamento" elaborada pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, disponível no link https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/nugep-2/downloads/Cartilha_NUGEP.pdf

Está disponível no link https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/suspensoes-encerradas/suspensoes-encerradas-no-trt-mg , sistematizadas por assunto.

1.8. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO – a taxa de congestionamento na fase de conhecimento - 1° grau, indicador n° 10 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 37,48% em 2016, de 38,85% em 2017, de 34,44% em 2018 e de 31,24% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 39% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho	São João del Rei - 01a Vara				
Indicador / Ano	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**3° trim/2020 (01/10/19 a 30/09/20)**
Ind. 10: Taxa de Congestionamento Conhecimento (%)	20,20	21,86	12,55	13,21	23,74

1.9. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO - FASE DE CONHECIMENTO (de 1°-1-2020 até 6-11-2020)
(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando 1ª Sessão de audiência (item 60)	0
	Aguardando 1ª audiência (item 90060)	40
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	0
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	93
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 62)	0
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 90062)	2

Processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas (aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST):

Processos sem audiência designada durante a fase de instrução: são os processos dos itens 90.060 e 90.061 do e-Gestão e que não possuem audiência designada ou não estão suspensos/sobrestados.	15

Aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST

1) Indicador Idade média do Pendente de Julgamento (I01): representa o tempo médio que os processos estão pendentes de julgamento. Média do ano dos processos dos itens 60, 61, 62, 90060, 90061 e 90062 no final do período de referência.

Para cálculo do prazo médio, conforme manual do IGEST, "são listados todos os processos pendentes de julgamento na fase de conhecimento e considerado o ano em que cada um deles foi ajuizado. Após faz-se a subtração pelo ano de referência e após a média desses anos.

Ano de ajuizamento	Quantidade de processos	Prazo médio por ano
2016	1	4
2017	1	3
2018	3	2
2019	18	1
2020 – ano de referência	112	
TOTAL	135	0,23

Abaixo a tabela dos 20 processos mais antigos na fase de conhecimento, extraídos dos itens 60, 900.60, 61, 90061, 62 e 90.062 (dados apurados no mês de novembro até o dia 6-11):

Processo	Classe	Tarefa
0011425-09.2016.5.03.0049	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010334-60.2017.5.03.0076	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0010347-25.2018.5.03.0076	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010422-64.2018.5.03.0076	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Cumprimento de Providências
0010752-61.2018.5.03.0076	Ação Trabalhista - Rito	Aguardando prazo

	Ordinário	
0010351-28.2019.5.03.0076	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010467-34.2019.5.03.0076	Ação de Cumprimento	Aguardando prazo
0010501-09.2019.5.03.0076	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0010510-68.2019.5.03.0076	Ação Civil Pública	Aguardando final do sobrestamento
0010526-22.2019.5.03.0076	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010576-48.2019.5.03.0076	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010612-90.2019.5.03.0076	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010623-22.2019.5.03.0076	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010653-57.2019.5.03.0076	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010661-34.2019.5.03.0076	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Cumprimento de Providências
0010681-25.2019.5.03.0076	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010700-31.2019.5.03.0076	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010721-07.2019.5.03.0076	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010725-44.2019.5.03.0076	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010839-80.2019.5.03.0076	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando prazo

2) Indicador Pendentes (I02): representa a quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e os pendentes de liquidação.

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 377)	1
	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 90377)	180

FASE	Situação	Quantidade de processos
LIQUIDAÇÃO	Processos com liquidação de sentença pendente (item 394)	2
	Processos com liquidação de sentença pendente (item 90394)	181

FASE	Situação	Quantidade de processos
EXECUÇÃO	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 383)	37
	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 90383)	277

3) Indicador Taxa de Conclusos com Prazo Vencido (I03): representa a relação entre o total de processos conclusos com o prazo vencido e o total de processos aguardando a prolação de sentença.

FASE	Variável	Forma de apuração	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Pendentes de julgamento conclusos com o prazo vencido	Saldo de processos do item 393 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90393 no final do período de referência	0
	Total de processos conclusos aguardando prolação de sentença	Saldo de processos do item 62 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90062 no final do período de referência	2

1.10. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO - A taxa de congestionamento na fase de execução - 1° grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 75,67% em 2016, de 68,88% em 2017, de 62,84% em 2018 e de 56,65% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 59% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho	São João del Rei - 01a Vara				
Indicador / Ano	2016	2017	2018	2019	3º trim/2020 (01/10/19 a 30/09/20)
Ind. 14: Taxa de Congestionamento Execução (%)	56,41	76,30	65,15	47,68	61,23

Existem 460 processos em fase de execução, assim discriminados:

a) 291 processos em execução, constantes dos itens 99 e 90099;
b) 2 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
c) 167 processos no arquivo provisório, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327.

Os dados foram extraídos do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, de 1º-1-2020 até 6-11-2020.

No ano 2019, até o dia 6-11 havia 510 processos na fase de execução, assim distribuídos:

a) 298 processos em execução, constantes dos itens 99 e 90099;
b) 3 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
c) 209 processos no arquivo provisório, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327.

Abaixo Tabela dos 20 processos mais antigos na fase de execução, conforme itens 99 e 90099 do e-Gestão (dados apurados no mês de novembro até o dia 6-11):

Processo	Classe	Tarefa
0008700-44.2008.5.03.0076	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Decurso De Prazo Para
0061900-97.2007.5.03.0076	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Selo Tema Relevante - Centro De Memória
0056000-02.2008.5.03.0076	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Decurso De Prazo Para
0077700-34.2008.5.03.0076	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Decurso De Prazo Para
0077800-86.2008.5.03.0076	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Decurso De Prazo Para
0077900-41.2008.5.03.0076	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Decurso De Prazo Para
0077300-20.2008.5.03.0076	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Processo Suspenso Na Fase De Execução
0005900-09.2009.5.03.0076	Ação Trabalhista - Rito	Decurso De Prazo Para

	Ordinário	
0072500-80.2007.5.03.0076	Execução Fiscal	Retorno À Secretaria (Vista Da P.F.N)
0077200-65.2008.5.03.0076	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Processo Suspenso Na Fase De Execução
0006100-16.2009.5.03.0076	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Decurso De Prazo Para
0112900-68.2009.5.03.0076	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Intimação Publicada
0115600-17.2009.5.03.0076	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Decurso De Prazo Para
0083400-54.2009.5.03.0076	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Decurso De Prazo Para
0083600-61.2009.5.03.0076	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Decurso De Prazo Para
0083200-47.2009.5.03.0076	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Decurso De Prazo Para
0082500-71.2009.5.03.0076	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Decurso De Prazo Para
0082700-78.2009.5.03.0076	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Decurso De Prazo Para
0083500-09.2009.5.03.0076	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Decurso De Prazo Para
0083700-16.2009.5.03.0076	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Decurso De Prazo Para

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das decisões de execução conforme itens 90.093/93 (execuções encerradas) e 90.398/398 (incidentes na Liquidação/Execução julgados,) extraídos do sistema e-Gestão (dados apurados no mês de novembro até o dia 6-11):

	2019	**2020**
01-JANEIRO	7	38
02-FEVEREIRO	26	17
03-MARÇO	10	13
04-ABRIL	6	4
05-MAIO	16	15
06-JUNHO	14	25
07-JULHO	38	19

08-AGOSTO	306	10
09-SETEMBRO	72	17
10-OUTUBRO	35	17
11-NOVEMBRO	20	8
Totais	550	183

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11
BETZAIDA DA MATTA MACHADO BERSAN	4	7	13	4	15	25	2	10	17	17	8
CARLA CRISTINA DE PAULA GOMES	34	10					17				
Totais	38	17	13	4	15	25	19	10	17	17	8

Comparativamente, nos anos de 2019 e 2020, foram expedidos alvarás, conforme abaixo (dados apurados no mês de novembro até o dia 6-11):

	2019	2020
01-JANEIRO	14	35
02-FEVEREIRO	48	43
03-MARÇO	44	63
04-ABRIL	96	58
05-MAIO	66	37
06-JUNHO	51	60
07-JULHO	31	85
08-AGOSTO	57	73
09-SETEMBRO	97	80
10-OUTUBRO	135	69
11-NOVEMBRO	53	3
Totais	692	606

1.11. PROCESSOS INCIDENTAIS PENDENTES: de acordo com o sistema e-Gestão, dados de 06/11/2020, existem 39 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 400, 90400, 427 e 90427.

	Qtde
Embargos de Declaração Pendentes	11
Incidentes na Liquidação/Execução Pendentes	21
Tutelas Provisórias Pendentes	7
Total	39

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do colendo Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 23-11-2020 havia 12 processos:

a) procedimento sumaríssimo: 6 processos;
b) procedimento ordinário: 2 processos;
c) conciliação em conhecimento: 4 processos.

Foram examinados os autos dos processos 0010469/20, 0010470/20, 0010315/20, 0010463/20, 0010464/20, 0010465/20, 0010466/20, 0010468/20, 0010467/20 e 0010864/19.

RESULTADO: os processos encontram-se em ordem.

2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS SOBRESTADOS; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Nos termos do parágrafo 1º do artigo 6º do ATO Nº 13/GCGJT, de 19 de maio de 2020 e mediante consulta ao Painel Migração CLEC, que esta Vara do Trabalho possui, até o dia 18-11-2020, 99 processos físicos no total, dentre eles, os migráveis são 61 processos.

Exame dos autos dos processos do PJe: 0010128/20, 0010111/20, 0010405/20, 0010471/20, 0010333/20, 0010430/20, 0010340/20, 0010221/20, 0010394/20, 0010200/20, 0010510/19, 0010501/19, 0010623/19, 0010576/19, 0010725/19, 0010248/20, 0010401/20, 0010339/20,

0010323/20, 0010361/20, 0010396/20, 0010397/20, 0010355/20, 0010324/20, 0010402/20, 0010441/20, 0010410/20, 0010411/20, 0010283/20, 0010407/20, 0010211/20, 0010424/20, 0010343/20, 0010320/20, 0010290/20, 0010383/20, 0010331/20, 0010305/20, 0010368/20, 0010275/20, 0010246/19, 0010952/17, 0010149/20, 0010436/19, 0010215/20, 0010229/20, 0010812/19, 0010069/20, 0010598/19, 0010185/20, 0010032/19, 0010523/19, 0010129/20, 0010168/20, 0010406/19, 0010367/20, 0010415/20, 0010425/20, 0010456/20, 001342/20, 0010317/20, 0010328/20, 0010360/20, 0010113/20, 0010422/20, 0010891/19, 0010027/20, 0010064/20, 0010041/20 e 0010159/20.

RESULTADO: os processos encontram-se em ordem.

Recomenda-se a MM. juíza que profira sentenças na forma da Recomendação N. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018 referente aos "Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos líquidos", divulgada por meio do Ofício Circular N. CR/45/2018, de 1º de outubro de 2018.

2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 3 inquéritos judiciais em tramitação.

Examinados os autos dos processos 0010417-71.2020.5.03.0076, 0010418-56.2020.5.03.0076 e 0010419-41.2020.5.03.0076, constatou-se que estão em ordem.

2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 9 ações civis públicas em tramitação.

Processo	Tarefa
0000051-22.2010.5.03.0076	Aguardando prazo - execução
0001392-44.2014.5.03.0076	Aguarda decisão em outros feitos
0010013-54.2019.5.03.0076	Aguardando apreciação pela instância superior
0010264-43.2017.5.03.0076	Aguardando apreciação pela instância superior
0010510-68.2019.5.03.0076	Aguardando final do sobrestamento
0010532-63.2018.5.03.0076	Aguarda cumprimento de acordo
0010613-75.2019.5.03.0076	Aguardando prazo - liquidação
0010969-75.2016.5.03.0076	Cumprimento de Providências - execução
0011000-95.2016.5.03.0076	Aguardando apreciação pela instância superior

2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 3 ações civis coletivas em tramitação.

Processo	Tarefa
0010202-95.2020.5.03.0076	Audiência 26-11-20
0010288-66.2020.5.03.0076	Elaborar sentença desde 16-11-20
0010451-80.2019.5.03.0076	Aguardando apreciação pela instância superior

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2018	2019	2020
Procedimento sumaríssimo/ordinário	22	23	24
Instrução processo físico	1.042	0	0
Instrução processo eletrônico	60	40	70

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.

Disponibilidade de Pauta/dias úteis

	2018	2019	2020
Procedimento sumaríssimo	12	9	7-12-20 - 11dias
Procedimento Ordinário	12	9	7-12-20 - 11 dias
Instrução	51	35	25-2-21 - 44 dias

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2020 até 6-11-2020).

1) Indicador Prazo Médio na Fase de conhecimento (I04): representa o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença (em dias corridos) na fase de conhecimento.
(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 416)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 90416)	367	64

2) Indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação (I05): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de liquidação.

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 417)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 90417)	145	145

3) Indicador Prazo Médio Fase de Execução (I06): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.
(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – procedimento sumaríssimo - ente privado (item 275)	2	1.866
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente privado (item 90275)	135	347
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 277)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 90277)	2	129

No ano 2019, apurou-se que, em 227 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano-Anterior ao da Solicitação	**Média/dia útil**
Julgados Procedentes	88	0,388
Julgados procedentes em parte	126	0,555
Julgados Improcedentes	71	0,313

Extintos com resolução de mérito	0	0
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com resolução de mérito	285	1,256
Extintos sem resolução de mérito	118	0,52
Arquivamento	32	0,141
Desistência	25	0,11
Outras decisões sem resolução de mérito	4	0,018
Total sem resolução de mérito	179	0,789
Decisões de conhecimento	464	2,044
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	138	0,608
Decisões na fase de execução	17	0,075
Total	619	2,727

No ano atual, apurou-se que, até o dia 06/11/2020, com 196 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano Atual	**Média dia/útil**
Julgados procedentes	20	0,102
Julgados procedentes em parte	73	0,372
Julgados improcedentes	47	0,24
Extintos com resolução de mérito	2	0,01
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	**142**	**0,724**
Extintos sem resolução de mérito	46	0,235

Arquivamento	15	0,077
Desistência	14	0,071
Outras decisões sem resolução de mérito	0	0
Total sem resolução de mérito	**75**	**0,383**
Decisões de conhecimento	**217**	**1,107**
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	**83**	**0,423**
Decisões na fase de execução	**21**	**0,107**
Total	**321**	**1,638**

4. AUDIÊNCIAS, DESPACHOS E SENTENÇAS NA FASE DE CONHECIMENTO

Em outubro de 2020, com 20 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	**Número de Audiências/Mês**	**Média/dia útil**
Conciliação em conhecimento	2	0,095
Conciliação em execução	2	0,095
***Encerramento de instrução**	6	0,286
Inicial / Inicial (rito sumaríssimo)	26	1,238
Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	0	0
Instrução / Instrução (rito sumaríssimo)	27	1,286
Una / Una (rito sumaríssimo)	41	1,952
Total	98	4,6

No mês de outubro de 2020, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram homologados 28 acordos em conhecimento, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Conforme sistema e-Gestão, foram conciliados na fase de conhecimento, liquidação e execução (sentenças e decisões). Mês de outubro 2020 apurado até dia 6-11:

	Conhecimento		Execução		Liquidação		Totais
	2019	2020	2019	2020	2019	2020	
01-JANEIRO	17	20	3				40
02-FEVEREIRO	18	11	4		1	1	35
03-MARÇO	24	13		1	2		40
04-ABRIL	80	7	2		2		91
05-MAIO	52	11	1	2	3		69
06-JUNHO	33	25	5	2	1		66
07-JULHO	30	10		1	1		42
08-AGOSTO	28	13			1	2	44
09-SETEMBRO	61	22	2	1		2	88
10-OUTUBRO	80	30	6	4	2		122
11-NOVEMBRO	20	1					21
Totais	443	163	23	11	13	5	658

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11
BETZAIDA DA MATTA MACHADO BERSAN	3	3	14	7	13	27	3	15	25	34	1
CARLA CRISTINA DE PAULA GOMES	17	9					8				
Totais	20	12	14	7	13	27	11	15	25	34	1

Comparativamente, nos anos de 2019 e 2020, foram realizadas audiências, conforme abaixo (mês de outubro 2020 apurado até dia 6-11):

	2019	2020
01-JANEIRO	45	49
02-FEVEREIRO	93	43
03-MARÇO	62	45
04-ABRIL	102	
05-MAIO	103	19
06-JUNHO	83	47
07-JULHO	187	103
08-AGOSTO	92	49
09-SETEMBRO	85	88
10-OUTUBRO	138	98
11-NOVEMBRO	56	14
Totais	1046	555

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11
BETZAIDA DA MATTA MACHADO BERSAN			45	19	47	5	49	88	98	14
CARLA CRISTINA DE PAULA GOMES	49	43				98				
Totais	49	43	45	19	47	103	49	88	98	14

Foram realizadas 71 audiências de 2-11-2020 até o dia 19-11-2020 e designadas 50 de 23-11-2020 até do dia 30-11-2020. Em dezembro estão designadas 33 audiências.

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das sentenças e acordos homologados por sentença em conhecimento, conforme apurado nos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049 do e-Gestão:(mês de outubro 2020 apurado até dia 6-11):

	2019	2020
01-JANEIRO	24	29
02-FEVEREIRO	45	31
03-MARÇO	100	36
04-ABRIL	127	9
05-MAIO	83	37
06-JUNHO	73	55
07-JULHO	105	34
08-AGOSTO	69	32
09-SETEMBRO	85	41
10-OUTUBRO	110	67
11-NOVEMBRO	56	6
Totais	877	377

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11
BETZAIDA DA MATTA MACHADO BERSAN	4	3	36	9	37	54	9	31	41	67	6
CARLA CRISTINA DE PAULA GOMES	24	28					25	1			
FERNANDO SARAIVA ROCHA	1										
LUCIANA ALVES VIOTTI						1					
Totais	29	31	36	9	37	55	34	32	41	67	6

Foram despachados, segundo dados da produtividade, extraídos das tabelas processuais unificadas no período (mês de outubro 2020 apurado até dia 6-11):

	2019	2020
01-JANEIRO	348	479
02-FEVEREIRO	559	564
03-MARÇO	642	690
04-ABRIL	708	630
05-MAIO	849	850
06-JUNHO	591	1009
07-JULHO	645	866
08-AGOSTO	929	644
09-SETEMBRO	929	633
10-OUTUBRO	810	795
11-NOVEMBRO	664	195
Totais	7674	7355

Constatou a Excelentíssima Desembargadora Corregedora, mediante informação do Secretário da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas, durante a pandemia COVID-19, de segunda-feira a quinta-feira, a partir das 8h30min. O intervalo entre as audiências é de 10 minutos para as de procedimento sumaríssimo, uma hora para as audiências de sumaríssimo telepresenciais, 10 minutos para as de procedimento ordinário e de uma hora para as instruções.

A análise dos termos do artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, fica prejudicada em razão das medidas de prevenção à disseminação do Novo Coronavírus da Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

Declara a magistrada, quanto à residência, que cumpre a disposição contida no artigo 29, inciso V, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantém o cadastro atualizado na Secretaria-Geral da Presidência.

5. Produtividade –

Os dados foram extraídos dos Boletins Estatísticos.

Movimentação Anual de Processos			
	2018	**2019**	**2020 até 6-11**
Processos recebidos	673	900	431
Média por dia útil	3	3,9	2,2
Processos remanescentes do ano anterior	157	71	146
Sentenças anuladas	18	10	2
Total de processos para solução	**848**	**981**	**579**
Processos solucionados	792	920	377
Processos conciliados	354	456	160
Produção	93,40%	93,78%	65,11%

Analisando os dados supra, verificou-se um aumento de 33,72% em relação ao número de processos recebidos no ano 2018. Quanto à produtividade, verificou-se que em 2019 houve um aumento de 0,38%.

5.1. Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST) – desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho de todo o país e auxiliar na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando um instrumento eficaz de gestão. Ademais, o IGEST se alinha às Metas Nacionais e ao Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG e foi instituído no âmbito deste Regional por meio da Resolução Conjunta GP/GCR/GVCR n. 104, de 18 de dezembro de 2018.

MESOINDICADOR PRODUTIVIDADE: (de 1º-1-2020 até 6-11-2020)

1) Indicador Taxa de Conciliação na fase de conhecimento (I07): representa a relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados.

Conciliações	Soma dos processos dos itens 39 e 90039	160
Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90071, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	377

2) Indicador Taxa de Solução (I08): representa a relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento.

Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	377
Recebidos	Soma dos processos dos itens 26, 90026, 27, 90027, 29, 90029, 30, 90030, 31, 90031, 32 e 90032	433

3) Indicador Taxa de Execução (I13): representa a relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas.

Execuções iniciadas	Soma dos processos dos itens 329 e 90329	143
Execuções encerradas	Soma dos processos dos itens 93 e 90093	162

MESOINDICADOR CONGESTIONAMENTO: (de 1º-1-2020 até 6-11-2020)

1) Indicador Taxa de Congestionamento no Conhecimento (I09): representa o volume de trabalho atualmente represado, em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de conhecimento.

Pendentes de baixa na Fase de Conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	181
Baixados na Fase de Conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	388

2) Indicador Taxa de Congestionamento na Execução (I10): representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de execução.

Pendentes de baixa na Fase de Execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	314
Baixados na Fase de Execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	155

MESOINDICADOR FORÇA DE TRABALHO: (de 1º-1-2020 até 6-11-2020)

1) Indicador Produtividade por Servidor (I11): representa o total de processos baixados nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Baixados na fase de conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	388
Baixados na fase de execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	155
Servidores em atividade	Contagem dos servidores dos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	11

2) Indicador Pendentes por Servidor (I12): representa total de pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Pendentes na fase de conhecimento	Saldo de processos dos itens 337 e 90337 no final do período de referência	181
Pendentes de baixa na fase de execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	314
Servidores em atividade	Contagem dos servidores nos itens 2035 (servidores do quadro permanente da área judiciária), 2045 (servidores requisitados do Poder Judiciário da União, lotados na área judiciária 1º grau), 2053 (servidores requisitados de outros órgãos lotados na área judiciária do 1º grau), 2061 (servidores ocupantes	11

	exclusivamente de cargos em comissão lotados na área judiciária de 1º grau) e 2412 (servidores removidos de outros órgãos da Justiça do Trabalho lotados na área judiciária de 1º grau)	

Perfil da Vara do Trabalho		São João del Rei - 01a Vara			
Indicadores / Período de referência		**Ano 2019 01/01/2019 a 31/12/2019**	**1º trim 2020 01/04/2019 a 31/03/2020**	**2º trim 2020 01/07/2019 a 30/06/2020**	**3º trim 2020 01/10/2019 a 30/09/2020**
Indicadores	I01 - Idade Média do pendente de julgamento (em anos)	0,21	0,51	0,42	0,25
	I02 - Pendentes	608	586	658	679
	I03 - Taxa de conclusos com o prazo vencido (%)	0,00	0,00	0,00	0,00
	I04 - Prazo médio no conhecimento (em dias)	40,26	45,16	49,07	53,11
	I05 - Prazo médio na liquidação (em dias)	189,53	179,99	195,01	175,97
	I06 - Prazo médio na execução (em dias)	1.600,17	1.354,21	1.305,17	520,22
	I07 - Taxa de conciliação (%)	49,28	51,95	47,96	47,76
	I08 - Taxa de solução (%)	100,78	108,17	110,13	101,58
	I13 - Taxa de execução (%)	332,53	298,96	318,03	108,38
	I09 - Taxa de congestionamento no conhecimento (%)	12,90	14,00	17,96	23,74
	I10 - Taxa de congestionamento na execução (%)	47,60	46,18	46,53	61,23

	I11 - Produtividade por servidor	111,55	103,17	85,75	69,45
	I12 - Pendentes por servidor	40,64	38,00	38,42	44,91
Meso	Acervo	0,11	0,14	0,14	0,13
	Celeridade	0,23	0,22	0,22	0,17
	Produtividade	0,44	0,43	0,39	0,49
	Congestionamento processual	0,28	0,26	0,25	0,40
	Força de trabalho	0,45	0,46	0,50	0,49
Macro	**IGEST**	**0,3031**	**0,3004**	**0,3007**	**0,3338**
Posição IGEST		9	8	10	24
Movimentação processual		0751 a 1000	0751 a 1000	0751 a 1000	0751 a 1000

FONTE: Sistema e-Gestão (dados extraídos em 05/08/2020)

6. ARRECADAÇÃO –

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda
R$553.962,99	R$5.866,49

7. PORTARIAS – De acordo com o Secretário da Vara do Trabalho, encontram-se em vigor as Portarias 01/09, que trata da carga para PFN; 01/10, regulamenta a carga para PGF; Portaria 02/10 que regulamenta a prática de atos ordinários; 03/2015, que dispõe sobre a juntada de elementos físicos ao processo judicial eletrônico e disciplina outras práticas a serem aplicadas na VT São João del-Rei com a implantação do PJe; 01/2020, sobre a juntada de arquivos de áudio e vídeo aos processos que tramitam no PJe, sua utilização e dá outras providências.

8. SISBAJUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega as ferramentas eletrônicas de pesquisa patrimonial.

9. DA SECRETARIA – Concluída a correição, de acordo com os critérios acima especificados, a Excelentíssima Desembargadora Corregedora examinou 83 autos de processos, sendo que não foi encontrado excesso de prazo.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foi observada a Resolução Conjunta GP/CR N. 58/2016 e suas posteriores alterações, bem como foram observadas as suspensões

de prazo em decorrências das chuvas em 2020, da Portaria GP N. 109/2020 e das Portarias Conjuntas GP/CR/VCR N. 112/2020 e N. 114/2020. Também foram observadas as determinações referentes ao COVID-19.

10. Gestão Estratégica

As metas nacionais e os indicadores do Plano Plurianual 2015-2020 do TRT-MG devem ser monitorados para que se possa acompanhar e analisar os resultados institucionais, e a atividade correicional apoia esta iniciativa:

Meta 1 CNJ/Meta 6 CSJT: Índice de Processos Julgados (IPJ) - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Em 2019, quando a Meta era "julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente", esta unidade organizacional atingiu o percentual de 100,11% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 107,48% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ).

No ano 2020, até o dia 31-10-2020, o percentual alcançado foi de 87,65%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 87,65%.

Meta 2 CNJ/Meta 7 CSJT: Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, nos 1º e 2º graus.

Em 2019, quando a Meta era "identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, no 1º grau", esta unidade organizacional atingiu o percentual de 106,64%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 100,28% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 3 CNJ/Meta 9 CSJT: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017.

Em 2019, quando a Meta era "manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017", esta unidade organizacional atingiu o percentual de 106,47% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 92,50% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, divergente do valor divulgado pelo CNJ igual a 102%. Os métodos de cálculo que os dois Conselhos utilizam são distintos).

No ano 2020, até o dia 31-10-2020, o percentual alcançado foi de 47,23% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 49,21%.

Meta 5 CNJ/Meta 11 CSJT: Índice de Execução (IE) - Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.

Em 2019, quando a Meta era "baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente", esta unidade organizacional atingiu o percentual de 97,60%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, não tendo cumprindo a Meta. O resultado deste Regional foi de 123,07% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, praticamente igual ao valor divulgado pelo CNJ de 123,06%).

No ano 2020, até o dia 31-10-2020, o percentual alcançado foi de 95,54% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 101,75%.

Meta 6 CNJ/Meta 8 CSJT: Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1° grau.

Em 2019, quando a Meta era "identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1° grau", esta unidade organizacional atingiu o percentual de 102,04% do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 98,06% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 5 CSJT: Tempo médio de duração do processo - Fase de Conhecimento (TMDP1c): Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017.

Em 2019, quando a Meta era "reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2017 (de 170 dias), em 2% até 2019 e em 5% até 2020", o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 40 dias, sendo que o resultado deste Regional foi de 224 dias (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT). Observa-se que a meta em 2019 era de 166 dias.

O percentual de cumprimento desta unidade foi de 24,25%, tendo cumprido a Meta, enquanto que para o TRT-MG este percentual foi de 64,92%, sendo que, neste item, diferentemente dos demais, o percentual abaixo de 100% é a referência para o atingimento da referida Meta.

No ano 2020, até o dia 31-10-2020, o tempo médio alcançado foi de 65 dias, sendo o resultado deste Regional para o mesmo período de 170 dias.

11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL – Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Seção de Gestão Socioambiental deste Regional.

12. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

12.1 MEDIDAS TOMADAS PELA VARA DO TRABALHO NO TOCANTE À CONTINGÊNCIA DO COVID-19:

A unidade organizacional observou as medidas publicadas referentes ao COVID-19, especialmente, a Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

13. RECOMENDAÇÕES:

13.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

Recomenda-se que, quando da publicação da Portaria, referente ao formulário eletrônico para a autoinspeção, seja cumprido o Provimento Conjunto GCR/GVCR N. 1, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020, publicado DEJT de 1º-10-2020, que dispõe sobre a autoinspeção ordinária das unidades judiciárias de 1º grau, realizadas pelos respectivos magistrados, no âmbito da jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

Recomenda-se, ainda, ao Secretário e aos Servidores da Vara que observem as recomendações para registrar movimentos no PJe de acordo com o e-Gestão.

13.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):

1) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que "os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação", frisando-se que "para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos", nos moldes do § 1º do referido artigo;

2) inseridos na pauta os 7 processos sobrestados já julgados pelo STF com incidentes de Repercussão Geral, discriminados no item 1.7 desta Ata, e que sejam observadas, também, as informações encaminhadas pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep) periodicamente à vara, referentes a processos já julgados pelo STF, para evitar o acúmulo desses processos;

3) retificado o lançamento do tema do processo – 0000600-95.2011.5.03.0076, conforme item 1.7 desta Ata;

4) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de conhecimento, conforme o discriminado no item 1.9 desta Ata;

5) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de execução, conforme o discriminado no item 1.10 desta Ata;

6) saneados os processos incidentais à fase de execução, conforme apurado no item 1.11 desta Ata;

7) cumprida a Resolução Conjunta GP/CR/VCR N. 138, de 13 de março de 2020, publicada no DJE de 16-3-2020, alterada pela Resolução Conjunta TRT/GP/GCR/GVCR 142/2020, dispondo sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3a Região, observado o Procedimento de Controle Administrativo CNJ 0008654-73.2018.2.00.000, que defere a liminar para suspender as regras estabelecidas no art. 2º da Resolução conjunta em epígrafe e do art. 52 da Resolução CSJT n. 185, de 24 de março de 2017, facultando ao Tribunal a digitalização das peças dos autos, que por ora, não deverá ser feita pelas partes, observando, ainda, o Ofício Circular N. CR/64/2019;

8) envidados esforços para o cumprimento da Meta 5 CNJ/Meta 11 CSJT: Índice de Execução (IE) - Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente, tendo em vista que não foi atingida no ano 2019;

9) cumprida a Resolução Conjunta n. 147, de 13 de julho de 2020, deste Regional, que trata da atermação virtual e o uso do aplicativo WhatsApp Business, este último conforme artigo 7º da referida Resolução Conjunta;

10) observada a Portaria Conjunta GP/GCR/GVCR N. 223, de 3 de setembro de 2020 que estabelece no âmbito da Justiça do Trabalho de Minas Gerais medidas para a retomada gradual dos serviços presenciais, observadas as ações necessárias para a prevenção de contágio pelo novo coronavírus, causador da COVID-19;

11) cumprida a Recomendação Conjunta GCR/GVCR N. 2, de 18 de agosto de 2020 e artigo 5º da Portaria Conjunta CR/VCR N. 2, de 20 de março de 2020, dispondo que o contato de urgência das partes e advogados deve ser realizado por e-mail institucional e que o

atendimento também seja por meio de videoconferência a advogados, procuradores, membros do Ministério Público do Trabalho e partes que atuam no exercício do jus postulandi, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3a Região, durante a pandemia da Covid-19 e a habilitação das funcionalidades siga-me ou WhatsApp Business;

12) observada a Resolução Conjunta GP/GCR N. 136, de 27 de janeiro de 2020, devendo a Vara do Trabalho adotar medidas para cumprimento dos procedimentos previstos no capítulo II, artigos 5° ao 7° da referida Resolução, e certificar a inexistência de depósitos judiciais e recursais vinculados ao processo a ser arquivado. Para isso, até a efetiva liberação do sítio eletrônio Garimpo, as varas do trabalho deverão consultar a existência de saldo nos sítios eletrônicos dos bancos já disponíveis. https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/acesso-restrito/ (extratos da caixa econômica federal) e https://www63.bb.com.br/portalbb/djo/rdo/magistrado/RD04,802,4647,4653,0,1,1.bbx?cid=1335 (extratos do Banco do Brasil) e https://conectividade.caixa.gov.br (depósitos recursais antes da reforma trabalhista);

13) cumprida a recomendação N° 10/GCGJT, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020, que, em caráter excepcional, durante a duração da pandemia, sejam priorizados os atos atinentes à tramitação das ações trabalhistas e recursos de interesse dos profissionais da saúde que se encontram na função de atuação ao combate ao COVID-19;

14) realizado, pela magistrada e pelos servidores, o Exame Periódico de Saúde na data aprazada pela Secretaria de Saúde deste Regional, em conformidade com artigo 13 da Instrução Normativa GP n° 21, de 21 de julho de 2016, que dispõe sobre avaliação médica de magistrados e servidores em atividade, em função de riscos no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

13.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2019: A Corregedoria Regional verificou que as recomendações, então formuladas, foram observadas.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara mantenha a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é "Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social".

Partícipe dos objetivos da Agenda 2030 (ONU), que firmou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para transformar nosso mundo, a Corregedoria Regional incentiva o conhecimento de suas diretrizes, especialmente as inclusas no objetivo 16,

disponíveis no link http://www.agenda2030.org.br/ods/16/, que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em "ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão", segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que a Excelentíssima Desembargadora Corregedora não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A Correição Ordinária é encerrada às 10h30min do dia vinte de novembro de 2020, em sessão pública telepresencial, nos termos do Edital n. 189, publicado no DJe 6-11-2020, do que, para constar, eu, Terezinha Lisieux dos Santos Nunes Meira, Assessora da Excelentíssima Desembargadora Corregedora, lavrei e assinei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada, também, pela Excelentíssima Desembargadora Corregedora. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou a Excelentíssima Desembargadora Corregedora, além do Sra. Assessora acima nominada, foi composta pelo servidor José Múcio Antônio Lambertucci.

Ana Maria Amorim Rebouças
Desembargadora Corregedora do TRT/3ª Região

Terezinha Lisieux dos Santos Nunes Meira
Assessora da Desembargadora Corregedora